

O estado da arte sobre o uso do conceito 'populismo' nas ciências sociais

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro*

Resumo: Esse trabalho pretende resenhar algumas reflexões acerca do fenômeno do populismo no Brasil a fim de compreender melhor os pontos de divergência e convergência das principais pesquisas sobre a temática.

Palavras-chave: Populismo, Trabalhismo, Nacional-Estatismo.

Abstract: This paper aims to summarize some works about the Populism in Brazil. At the end, we will be able to understand the convergence and divergence points of the main researches in this subject.

Keywords: Populism, Laborism, National-Statism.

“Para concluir eu diria que o conceito de *populismo* é incapaz, a meu ver, de compreender o processo histórico brasileiro e só contribui, no melhor dos casos, para a perpetuação da ignorância, ou no pior, para articulação das forças mais obscuras e reacionárias que esse país já conheceu.”¹

Daniel Aarão Reis

É com estas palavras que Daniel Aarão Reis termina sua fala na conferência de encerramento sobre os *Setenta Anos do Estado Novo*, que teve lugar na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2007. Na ocasião, Reis foi enfático ao descartar o uso do termo *populismo* como conceito explicativo para um período da política brasileira, negando assim toda uma linha de pensamento que refletiu sobre o fenômeno iniciado em 1930, sob o

* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ REIS, Daniel Aarão. “Estado e trabalhadores: o Populismo em questão”. In: *Locus – revista de história*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 13, nº. 2, 2007, p. 108.

prisma da incontestável influência do líder carismático sobre as massas, que através de lógicas patrimonialistas, se movimentavam passivamente no cenário político nacional².

As Ciências Sociais vivem de conceitos. Palavras que funcionam como chave explicativa para fenômenos sociais que aconteceram ou ainda se desenrolam.

Articuladas por intérpretes de uma realidade, as palavras ganham força e se descolam do quadro analítico original, sendo aplicadas a outras situações em que nem sempre se encaixam adequadamente. Quando isso ocorre, inaugura-se na academia uma "caça as bruxas" ao conceito que, como uma fênix, é morto e renascido com uma nova aura, limitado a outro escopo analítico que supostamente exclui o problema e o demarca como novo cânone teórico que irá, dali para frente, balizar todas as pesquisas que surgirem.

Segundo João Marcelo Ehlert Maia³, o populismo foi um dos conceitos mais largamente utilizados pelas Ciências Sociais no Brasil, servindo para definir uma realidade confusa e marcada pela desorganização. Incomodados por esse uso indiscriminado, na melhor tradição thompsoniana – que entende que "em vez de golpear a história para salvar as categorias, devemos instigá-las com novas análises"⁴ –, uma escola de historiadores vinculados principalmente aos centros de pesquisas fluminenses, que tem Ângela de Castro Gomes⁵, Daniel Aarão Reis⁶ e Jorge Ferreira⁷ como principais expoentes, vem a alguns anos colocando em xeque todo o desenvolvimento político-sociológico do conceito de *populismo* alcunhado pelo chamado *Grupo de Itatiaia*⁸, e enraizado na Ciência Política brasileira por nomes vinculados à *Escola Paulista de Sociologia*, de Octávio Ianni e Francisco Weffort⁹.

A fórmula encontrada pelos fluminenses para compreender o fenômeno que varreu o Brasil a partir de 1930, e só encontrou fim com o golpe civil-militar de 1964, foi a substituição de *populismo* por *trabalhismo*, no caso de Gomes¹⁰, ou por *nacional-estatismo*, no caso de

² Principalmente Ianni e Weffort. IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, 4ª ed.; WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 4ª ed.,

³ MAIA, João Marcelo Erlert. "Esquerda e escola paulista de sociologia". In: *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 61.

⁴ THOMPSON, Edward P.. "Algumas observações sobre Classe e 'Falsa Consciência'". In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 276.

⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2007, 3ª ed.

⁶ REIS, Daniel Aarão. "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita". In: FERREIRA, Jorge [org]. *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷ FERREIRA, Jorge [org]. op. cit.

⁸ GOMES, Ângela de Castro (2001). "O populismo e as ciências sociais no Brasil: nota sobre a trajetória de um conceito". In: FERREIRA, Jorge [org]. op. cit., p. 22.

⁹ MAIA, J. M. op. cit.

¹⁰ GOMES, A. *A invenção do trabalhismo*. op. cit.

Aarão Reis¹¹. Sendo esta uma estratégia para delimitar melhor o escopo dos termos e do período em tela. Entretanto, nem todas as críticas revisionistas são bem recebidas pela academia. Alexandre Fortes não vê, na troca da nomenclatura, uma ação que valha por si só como fórmula de resolver os problemas que o emprego de *populismo* possa causar. Para ele, ao mudarmos o nome do problema, podemos aprofundar o problema de tentar explicar diferentes momentos históricos por um mesmo termo¹². Além disso, o autor é bem áspero ao criticar o revisionismo de Ferreira, para quem a democracia não interessava ao movimento operário atrelado ao sindicalismo oficial no Estado Novo¹³. Para Fortes, o exercício intelectual de distanciar a classe operária do interesse da democracia é demasiadamente perigoso em um país recheado de tradições autoritárias¹⁴.

Em suma, não há dúvidas que o debate seja extenso, com muitos pormenores e de complexidade elevada. A fim de clarear as intenções e problemas de paulistas e fluminenses, faremos a seguir uma pequena resenha de alguns autores que consideramos fundamentais no desenvolvimento do *populismo*. Primeiramente, elencaremos as reflexões de Octávio Ianni, em *O Colapso do Populismo no Brasil*¹⁵, e Francisco Weffort, em *O Populismo na Política Brasileira*¹⁶. Como contraponto, Daniel Aarão Reis Filho¹⁷ e Ângela de Castro Gomes¹⁸ serão nossos principais debatedores¹⁹. Para alinhar as ideias de ambas as escolas, as críticas pertinentes de Fortes²⁰ e Maia²¹ serão de suma importância para nos posicionarmos mais claramente e aproveitarmos o que há para ser aproveitado em todos esses trabalhos de ímpar complexidade nas Ciências Sociais brasileiras.

A Escola Paulista de Sociologia

Para João Marcelo Ehlert Maia²², a chamada *Escola Paulista de Sociologia* somou as reflexões sobre a realidade do Brasil com o uso corrente do conceito de *populismo* na

¹¹ REIS, D. A.. "Estado e trabalhadores: o Populismo em questão". Op. cit., pp. 87-108.

¹² FORTES, Alexandre (2007). "O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano". In: *Locus – revista de história*. Op. cit., p. 79.

¹³ *Ibid.*, pp. 82-83.

¹⁴ *Ibid.*, p. 83.

¹⁵ IANNI, O. op. cit.

¹⁶ WEFFORT, F. op. cit.

¹⁷ REIS, D. A. "O Colapso..." op. cit.; "Estado e trabalhadores..." op. cit.

¹⁸ GOMES, A. C. "A invenção do trabalhismo", op. cit.; "O populismo e as ciências sociais no Brasil..." op. cit.

¹⁹ Cabe ressaltar que a geografia não separa as teorias, e se aqui definimos esse diálogo como sendo entre São Paulo e Rio de Janeiro, foi simplesmente como recurso didático e retórico.

²⁰ FORTES, A. op. cit.

²¹ MAIA, J. M. op. cit.

²² *Ibid.*, p. 62.

década de 1950, que unificava sob um mesmo termo três distintos movimentos: Cárdenas no México, Perón na Argentina e Vargas no Brasil²³. Em comum, os três fenômenos tinham a transição do mundo rural para o urbano, com a permanência das relações paternalistas no imaginário das pessoas que migravam e se tornavam mão-de-obra nas cidades. Assim, os então novos operários, desamparados ante aos desafios do mundo do trabalho, viam em políticos carismáticos e em suas políticas um porto seguro para ancorar²⁴. Além disso, havia uma espécie de doação do poder das classes dominantes ao líder carismático, responsável por articular interesses e manter o equilíbrio da situação política²⁵.

De acordo com Ângela de Castro Gomes²⁶, a reflexão acerca do *populismo* iniciou-se por São Paulo, por ser ali o local da emergência de dois políticos cujas práticas intrigaram os intelectuais contemporâneos: Adhemar de Barros e Jânio Quadros, políticos regionais que, sem uma base política bem definida, almejavam alcançar projeção nacional.

Usado indiscriminadamente tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas, a fim de caracterizar este momento político dos países da América Latina, o *populismo* ganhou diversas formas. Para as esquerdas brasileiras, cujo Partido Comunista estava na vanguarda da articulação do movimento operário, o *populismo* representava os *amarelos*, ou seja, um movimento político atrelado ao Estado, com pouca combatividade e distante das realidades do chão da fábrica²⁷. As conquistas negociadas entre os sindicatos oficiais e o governo eram vistas pela extrema-esquerda como atraso na revolução e, nesse sentido, sepultaram as forças que poderiam evitar o golpe civil-militar de 1964²⁸.

Um dos defensores dessa força desmobilizadora do *populismo* é Octávio Ianni²⁹. Em um texto crucial para a ciência política brasileira, Ianni mobiliza suas reflexões para entender o que permitiu a ação das forças que deram o golpe em primeiro de abril de 1964, e, assim, interromper o diálogo dos trabalhadores com o poder e colapsar o Populismo. Para Daniel Aarão Reis³⁰, foi o trabalho de Ianni que consolidou nas esquerdas o conceito de *populismo*.

Para Ianni, preocupava a forma com que as massas eram chamadas a participar das estruturas político-econômicas no Brasil. Tal incorporação, segundo ele, teria gerado condições para a industrialização e desenvolvimento do país através de quatro processos distintos: a) modelo exportador, derrotado em 1930; b) modelo de substituição de

²³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. "Populismo latino-americano em discussão". In: FERREIRA, Jorge [org]. op. cit.

²⁴ REIS, D. A. "Estado e trabalhadores...", op. cit., pp. 89-90.

²⁵ Ibid., p. 99.

²⁶ GOMES, A. C. "O populismo e as ciências sociais no Brasil...", op. cit., pp. 23-26.

²⁷ REIS, D. A. op. cit., p. 91.

²⁸ FORTES, A. op. cit., p. 71.

²⁹ IANNI, O. op. cit.

³⁰ REIS, D. A. op. cit., p. 103.

importações, varguista; c) modelo associativo de interesses nacionais e estrangeiros, evolução do modelo exportador, que precisaria romper com a democracia populista; e d) modelo socialista, cujo desenvolvimento necessariamente estaria atrelado com as substituições de importações³¹.

Para o desenvolvimento do modelo varguista, haveria a necessidade do rompimento com o Tradicionalismo e com o Imperialismo, por meio de uma participação fundamental do Estado na economia nacional. Para tanto, o apoio popular era indispensável para atingir tais metas. Os sindicatos conquistam vitórias para o movimento operário através da negociação aberta com o poder, o que faz com que Ianni os caracterize como *massa de manobra* do governo que maneja o apoio popular de acordo com as conveniências do jogo político. Era a chamada "política de massas da burguesia"³². Segundo o autor, as principais características desse movimento operário eram: a delimitação e controle da ação operária; a falta de tradição política de um operariado heterogêneo que não se comporta como classe, mas sim como agentes que buscam a ascensão social; e por fim, o uso de ferramentas que aparentemente seriam benefícios para os trabalhadores, mas que, no final das contas, serviam aos interesses dos industriais, como o salário mínimo, inteiramente absorvido pelo capital, contribuindo para o financiamento do desenvolvimento industrial do Brasil³³.

Entretanto, o que a princípio fora a sustentação do varguismo, em pouco tempo produziu dentro de si os elementos de sua destruição. A incorporação tutelada das classes populares foi derrotada economicamente por um projeto de desenvolvimento dependente do capital externo, e subjugada politicamente pelo crescimento das demandas dessas mesmas classes que, uma vez tendo suas exigências básicas atendidas, intentaram alçar voos mais altos na pauta reivindicatória. Assim, há a polarização de forças, em 1954, entre a UDN de Carlos Lacerda e o Nacional-Desenvolvimentismo de Vargas, cuja pressão o então presidente não consegue suportar e, em 24 de agosto daquele ano, comete suicídio, desencadeando uma grande comoção popular. O alvoroço nas ruas dá uma sobrevida ao projeto populista, impedindo uma manobra antidemocrática das forças que orbitavam em volta da UDN.

A política de massas no campo, por sua vez, se tornou um problema para as elites quando houve a simbiose entre o capital agrário e o industrial. A recém-nascida empresa agrícola não pode conviver com o latifúndio herdeiro das tradições do campo brasileiro. Embora houvesse o avanço do capitalismo nas áreas rurais, as relações tradicionais não

³¹ IANNI, O. op. cit., pp. 53-54.

³² REIS, D. A. op. cit., p. 99.

³³ IANNI, O. op. cit., pp. 53-64.

permitiram a emergência de uma luta de classes que forçasse uma pauta reivindicatória para os trabalhadores. Porém, lentamente se desenvolve uma politização dos homens do campo, que adquire certa força com a liderança de homens como Miguel Arraes, responsável por levar a Revolução de 1930 para os campos do nordeste brasileiro³⁴.

Crítico ferrenho do papel das esquerdas durante a época do populismo, Octávio Ianni acredita que estas não tiveram a capacidade de galvanizar a insatisfação popular em revolução socialista pois não havia bases de sustentação, graças ao aparato montado pelo Estado Vargas. Assim, a esquerda representada pelo PCB precisou renunciar ao marxismo-leninismo e elaborar propostas reformistas para ser contemplada dentro do projeto getulista. Ou seja, as esquerdas se tornam meros elementos da política de massas, ao invés de agir enquanto vanguarda revolucionária para derrubá-la³⁵. Uma vez sob o regime ditatorial, inaugurado em 1964, Ianni acreditava que os trabalhadores iriam tomar consciência do seu papel histórico e fazer a revolução, já que com o *colapso do populismo* as reformas teriam sido vetadas³⁶.

Francisco Weffort³⁷ está em consonância com Ianni na medida em que acredita na manipulação das massas, o principal elemento do *populismo*. Fruto do rearranjo provocado pela crise das oligarquias e a emergência das forças responsáveis pela Revolução de 1930, tal fenômeno estaria sempre ancorado em alguma forma de autoritarismo, mesmo no período democrático entre 1945 e 1964, quando a relação Estado/Sociedade Civil cumpria esse papel autoritário.

Ainda que haja ausência de consciência de classe por parte dos trabalhadores, e também não haja uma representação política orgânica por parte dos operários, o que facilitaria a manipulação³⁸, Weffort frisa os canais institucionais que são criados pelo Estado corporativo, por onde os trabalhadores conseguem criar demandas para além do controle do Ministério do Trabalho. Em suma, os trabalhadores conseguem pressionar o governo *por dentro*, para que esse atenda alguns interesses das classes populares, principalmente daqueles que tem um emprego vinculado a algum sindicato. Há um aprendizado político das massas, ainda que circunscrito aos canais oficiais de representação. O crescimento de tal demanda chegou a um nível que assustou as classes dominantes nas vésperas do golpe civil-militar de 1964, que é feito gestado como uma espécie de contra-revolução às aspirações reformistas do povo, canalizadas pelo governo Goulart.

³⁴ IANNI, O. op. cit., p. 84.

³⁵ Ibid., p. 93.

³⁶ REIS, D. A. "Estado e trabalhadores...", op. cit., p. 103.

³⁷ WEFFORT, F. op. cit., p. 123.

³⁸ Ibid., pp. 123-124.

Embora haja essa incorporação das massas, em que estas podem fazer-se ouvir, é inegável para Weffort que se trata de uma espécie de *via prussiana*, em outras palavras, não podemos perder de vista que é uma ascensão vigiada 'por cima'. Os atores políticos que compunham a Aliança Liberal atendiam o mínimo possível das demandas sociais, sem ameaçar o "Estado de Compromisso" que mantinha o ténue equilíbrio dentro da Aliança, cujas forças políticas não conseguiam se tornar hegemônicas na sua composição. Acima desses interesses díspares, quem emergia como árbitro dos interesses divergentes era o líder carismático, capaz de canalizar as contendas e dar soluções razoáveis para os conflitos. Assim, todo o 'Estado de Compromisso', para Weffort, depende do carisma e liderança de Getúlio Vargas, que usa do culto à imagem para legitimar-se no poder e conseguir ser o fiel da balança.

Segundo Alexandre Fortes³⁹, a crescente demanda dos trabalhadores que consegue pressionar o *status quo* por dentro das estruturas corporativas demonstra um ponto positivo do trabalho de Francisco Weffort. Para Fortes, o autor foi além do lado pejorativo do conceito, mostrando que há manipulação, mas também aliança de trabalhadores com o governo em determinadas conjunturas. Serão os julgamentos pós-1964 que rotularão o fenômeno como essencialmente "debilidades estruturais da classe operária brasileira"⁴⁰. Dando sequência, analisaremos a seguir algumas dessas pesquisas que buscaram revisar o estudo de populismo no Brasil.

O Revisionismo Fluminense

O historiador Daniel Aarão Reis talvez seja o crítico mais direto e contundente que a Escola Paulista de Sociologia encontrou nos últimos anos, embora tenha sido Ângela de Castro Gomes⁴¹ a principal sistematizadora de uma crítica que inaugurou novas abordagens sobre o assunto.

O presente texto iniciou-se com uma fala de Reis no encerramento de um evento sobre os *Setenta Anos do Estado Novo*⁴². Pois bem, retomaremos agora a argumentação do autor e, a seguir, aprofundaremos alguns pontos de outro trabalho do professor da Universidade Federal Fluminense.

Na conferência supracitada, Reis começa pela crítica ao uso de um conceito de *populismo* pela esquerda, ou melhor, pelas esquerdas – no plural – como prefere o autor.

³⁹ FORTES, A. op. cit., p. 74.

⁴⁰ Ibid., pp. 74-75.

⁴¹ GOMES, A. C. "A invenção do trabalhismo..." op. cit.

⁴² REIS, D. A. Estado e trabalhadores..." op. cit.

Para ele, as esquerdas excluíam as correntes nacionalistas e trabalhistas, por as considerarem *populistas* e que, portanto, iam a contramão da história⁴³. Segundo o autor, foi preciso muitos debates e pesquisas para que os intelectuais entendessem que a esquerda é um movimento plural por excelência, e que os anarquistas, socialistas, comunistas e dissidentes fazem parte de uma mesma tradição, a qual o autor denomina de *nacional-estatismo*⁴⁴, em substituição ao conceito de *populismo*.

Essa tradição nacional-estatista foi acusada de ser ‘amarela’, ou seja, ‘pelega’, conforme já dissemos. Os anarquistas, comunistas e socialistas que tinham o controle do movimento operário até então, consideram os demais “vendidos” para o Estado e para as classes dominantes, sem poder de combatividade para atender aos anseios das classes trabalhadoras. Os ‘amarelos’ procuravam objetivos imediatos: uma legislação de proteção e amparo ao trabalhador, para controlar o ímpeto capitalista do empresariado⁴⁵.

Para as esquerdas radicais, os ‘amarelos’ estavam afastando a revolução ao negociar com o inimigo. Assim, houve um nascer de análises que se propuseram a entender esse movimento antirrevolucionário. Entretanto, segundo Reis⁴⁶, os ‘amarelos’ brasileiros estavam em consonância com a tendência europeia, que também fazia propostas de alianças com o Estado a fim de garantir benefícios e vitórias para os trabalhadores. Ou seja, para o autor, não houve ‘peleguismo’ por parte do movimento operário. Tampouco passividade, como os autores supracitados ligados com a análise da extrema-esquerda defenderam. Houve sim, segundo Reis, amparado por Gomes⁴⁷, uma aceitação *ativa* dos trabalhadores ao *trabalhismo*⁴⁸. Ou seja, os trabalhadores analisaram as circunstâncias e escolheram participar daquele aparato como forma de maximizar seus interesses⁴⁹. Nas palavras do autor: “poder-se-ia dizer que a construção do projeto nacional-estatista é a estrada principal, não o desvio das escolhas dos trabalhadores”⁵⁰.

Entre 1961 e 1964, dá-se o que o autor chama de “período radical do nacional-estatismo”, ou seja, a época em que as reformas de base, proclamadas por João Goulart e apoiadas pela classe trabalhadora, agora mais forte e expressiva do que outrora, ganham de fato uma plausibilidade a ponto de amedrontar as classes dominantes. Segundo Daniel Aarão Reis:

⁴³ REIS, D. A. “Estado e trabalhadores...”, op. cit., pp. 88-89.

⁴⁴ Ibid., p. 89.

⁴⁵ Ibid., p. 91.

⁴⁶ Ibid., pp. 91-92.

⁴⁷ GOMES, A. C. *A Invenção...*, op. cit.

⁴⁸ Embora, evidentemente, tenha havido forte oposição (REIS, 2007, p. 95).

⁴⁹ Tais considerações estão apoiadas nos estudos de Edward P. Thompson, principalmente “A Formação da Classe Operária Inglesa” (REIS, D. A. “Estado e trabalhadores...”, op. cit., pp. 94-96).

⁵⁰ Ibid., p. 96.

Formou-se então uma frente social inédita na história da República brasileira, exigindo reformas, mas que seriam revolucionárias se, de fato, se efetivassem. Se fosse aprovada, por exemplo, a reforma eleitoral, votariam os analfabetos, e eles eram cerca de 44% da população brasileira. Se houvesse a reforma universitária, toda a pesquisa e os currículos se voltariam, de forma consistente, para apreciar e investigar os problemas e os impasses da sociedade brasileira. Se a reforma agrária se concretizasse, distribuindo a terra, segundo os braços e as bocas, desencadear-se-ia no Brasil uma dinâmica que seria absolutamente imparável. Se fosse reformado o estatuto do capital estrangeiro, seria necessário rever todo o processo de dependência multiseular em que se encontra o país⁵¹.

Ainda que trabalhe com especulações, Reis faz um interessante exercício de conjectura para ilustrar o quadro político que estava delineado no Brasil no momento do golpe civil-militar. Assim, a tradição nacional-estatista caía por terra em 1964, em um ato contra-revolucionário preventivo.

Em *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*⁵², Reis foi ainda mais incisivo em suas críticas ao conceito estabelecido pela Escola Paulista de Sociologia. Direcionado, sobretudo, a rebater a obra de Ianni, Daniel Aarão Reis, todavia, faz uma longa, porém necessária, análise dos últimos dias da República de 1945 e dos movimentos de Goulart ante o golpe que se avizinhava. O autor argumenta que o Golpe foi fruto da aliança forjada entre a Cruz, a Espada, o Dinheiro e o Medo – Igreja, Forças Armadas, Elites e Classes Médias, respectivamente – amedrontados pelo poder das classes trabalhadoras desde 1945, cuja consolidação da tradição *trabalhista* foi o carro-chefe da expressão dos trabalhadores e do incômodo dos demais⁵³.

Para Reis, conforme dissemos, o mesmo movimento que sepultou o populismo na política brasileira o criou nas ciências sociais, com trabalhos como o de Ianni⁵⁴. Para o autor fluminense, o populismo de Ianni:

Trata-se de um modelo de desenvolvimento surgido no processo de transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial. Fundamentado numa proposta de conciliação de classes, hegemônico pela burguesia industrial e conduzido pelo intervencionismo estatal e pelas lideranças carismáticas, Getúlio Vargas em particular. Os trabalhadores colhem benefícios – econômicos e políticos –, é certo, mas nada de substancial. De modo geral, são *galvanizados* e *instrumentalizados*, não tem voz no capítulo, e sua inconsciência é largamente devida à ação deletéria das lideranças carismáticas, à cumplicidade dos *pelegos*, e, acima de tudo, ao atrasado universo camponês de onde provêm em grande parte⁵⁵ [os grifos são do autor].

⁵¹ REIS, D. A. "Estado e trabalhadores...", op. cit., p. 100.

⁵² REIS, D. A. "O Colapso do colapso...", op. cit.

⁵³ Ibid., p. 345.

⁵⁴ IANNI, O. op. cit.

⁵⁵ REIS, D. A. "O Colapso do colapso...", op. cit., p. 353.

A suposta falta de consciência de classe dos trabalhadores é a principal crítica de Reis a Octávio Ianni, que enxerga que "na aliança que demarca o *populismo*, há uma burguesia industrial consciente, há líderes carismáticos empreendedores e maquiavélicos, e, do lado dos trabalhadores, apenas massa – própria para amassar – de manobra"⁵⁶. Assim, Ianni ajudou a forjar a pauta do dia de toda uma tradição da esquerda, atuante a partir de 1964, para a qual a revolução seria a única saída contra a ditadura arcaizante e sufocadora das massas⁵⁷.

Ianni estava errado, acredita Reis, pois, o populismo foi morto, porém o cadáver jamais foi enterrado⁵⁸. O Golpe civil-militar, de 1964, não conseguiu destruir as estruturas corporativas vigentes desde o Estado Novo, de 1937, e foi dos sindicatos de trabalhadores que nasceu o grande movimento de oposição àquela ditadura que teoricamente seria seu assassino e coveiro⁵⁹.

Francisco Weffort também não escapa ileso ao olhar de Reis. Considerado, nos anos 1970, o reanimador das formulações de Ianni, Weffort tira a Revolução de pauta para colocar a Democracia, e, assim, pretendeu mostrar os caminhos para uma *abertura controlada*, conforme os grifos do crítico⁶⁰.

Para Weffort, segundo Reis⁶¹, o *populismo* morreu com o tiro no peito de Vargas e teve até 1964 uma sobrevida, e, nesse sentido, um dos principais erros do PCB foi se aproximar dessa tradição quando ela já caducava. Nesse patamar, para o paulista, o movimento operário atuava em uma tragédia⁶², embora Reis acredite que tal afirmação de Weffort é descolada da realidade, uma vez que o primeiro não analisou o suficiente o papel das massas no período em tela⁶³. Daniel Aarão Reis é enfático ao refutar a assertiva que o operariado passou incólume ao processo, argumentando que isso não é possível na formação histórica de uma classe e que a conjuntura do período deve ser levada em consideração⁶⁴.

Em suma, podemos perceber que o que incomoda Reis é a noção do *atraso* presente nas ciências sociais brasileiras. Esse suposto *atraso* faz com que Ianni, Weffort e outros considerem toda a história das esquerdas, no período entre 1930 e 1964, em uma perspectiva do que era para ter sido, mas não foi. Tal ponto de partida, para o nosso crítico,

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ibid., pp. 358-360.

⁵⁸ Ibid., p. 363.

⁵⁹ Ibid., p. 361.

⁶⁰ Ibid., p. 364.

⁶¹ Ibid., p. 370.

⁶² Ibid., p. 372.

⁶³ Ibid., p. 371.

⁶⁴ REIS, D. A. "O Colapso do colapso...", op. cit., p. 353.

não parece ser acertado, e isso fundamenta toda uma corrente revisionista para jogar novas luzes sobre o período destacado e apurar novamente os acontecimento sobre novos prismas metodológicos.

Conforme dito, Ângela de Castro Gomes foi pioneira no rompimento dos usos do conceito de *populismo* para explicar o fenômeno aqui analisado. Na tese de doutorado, transformada em livro⁶⁵, Gomes opta por *trabalhismo* ao invés de *populismo* por acreditar que este último envolve a noção de cooptação das massas pelo aparato estatal, a falta de consciência de classe, bem como uma passividade do trabalhador perante o líder carismático e as ideias das elites dominantes⁶⁶.

É obvio, portanto, que a autora também rejeita as ideias que são intrínsecas ao termo que por ela foi preterido. Para ela, a abordagem de Francisco Weffort, que entende as massas como receptores de ações pensadas pelo Estado, verdadeiro ator político ativo, é incabível⁶⁷. Antes de ser uma via de mão única, a manipulação é um *pacto*, um acordo estabelecido entre as partes com o intuito de alcançar um objetivo determinado⁶⁸. E, para firmar um pacto, são necessárias duas partes que se reconhecem enquanto tais, ou seja, o trabalhador precisa ser um sujeito ativo da mesma forma que o Estado é⁶⁹.

Diferentemente de Reis, cujo principal interlocutor no trabalho aqui analisado foi Octávio Ianni, Gomes elege Francisco Weffort como alvo de sua crítica. A autora entende que o professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo foi o mais importante teórico do grupo de intelectuais que refletiu sobre o populismo nas décadas de 1960 e 1970⁷⁰. Além disso, a obra do professor da USP fixou raízes tão profundas nas ciências sociais que é difícil tratar do tema – seja na década de 1970, seja agora – sem estar influenciado por suas reflexões⁷¹.

Ressaltando o contexto da produção da obra de Weffort – o golpe de 1964 – Gomes aponta a necessidade que o autor tinha de revisar a história recente do país a fim de enxergar os problemas que levaram o Brasil àquele regime de exceção⁷². Para tanto, o autor

⁶⁵ GOMES, A. C. *A Invenção...*, op. cit.

⁶⁶ Embora o uso de *trabalhismo* tenha se dado na tese, datada de 1987, a autora não explicitou nela os motivos do abandono do *populismo*, fazendo-o apenas em um trabalho de 1996, republicado em 2001. GOMES, A. C. "O populismo e as ciências sociais no Brasil...", op. cit., pp. 46-47.

⁶⁷ Ibid., pp. 34-35.

⁶⁸ O próprio Weffort sugere uma *aliança* de trabalhadores e classes dirigentes via Estado, ao invés da manipulação *strictu sensu*. GOMES, A. C. "O populismo e as ciências sociais no Brasil...", op. cit., pp. 34-35.

⁶⁹ A autora reconhece em Regis de Castro Andrade um dos pioneiros em enxergar que o povo possuía algum espaço dentro do populismo (GOMES, pp. 40-41).

⁷⁰ Ibid., p. 29.

⁷¹ GOMES, A. C. "O populismo e as ciências sociais no Brasil...", op. cit., pp. 42-43.

⁷² Ibid., p. 31.

regressa a 1930, quando, segundo ele, o populismo foi criado e se manifestou em uma dupla forma: “como estilo de governo e como política de massas”⁷³. Baseado em Gramsci, Weffort coloca na raiz do populismo o chamado “estado de compromisso”, ou seja, um equilíbrio instável entre os atores políticos que deve ser mediado pelo líder carismático. Para Gomes, a categoria-chave desse pensamento é a “manipulação populista”, ideia que remete ao controle do Estado/Príncipe sobre o povo⁷⁴. Ou seja, embora reconheça as aberturas necessárias no sistema para a forja de alianças, o pensamento de Weffort cai novamente no lugar-comum da manipulação.

Assim, Gomes demonstra as suas discordâncias com uma vertente interpretativa anterior a ela sobre a política brasileira de 1930 até o Golpe. Desfilando argumentos, a autora descarta o uso de um conceito e o substitui por outro, não sem justificar a sua trajetória. Para ela, o principal era distanciar-se da ideia de *passividade* política dos trabalhadores, algo que o uso do *populismo*, em sua opinião, não permitiria⁷⁵.

Todavia, mesmo com a permuta de um conceito por outro e da natural difusão do uso de *trabalhismo* nas análises posteriores, Gomes reconhece que o *populismo*, como conceito, não morreu⁷⁶. Reinterpretado, engloba agora novas variáveis, mas sem perder as características lançadas pelos *founding fathers* do conceito, décadas antes. Para a autora, isso não chega a ser um problema. O que a amedronta, segundo ela, é o ressurgimento do autoritarismo inerente ao populismo enquanto práxis política⁷⁷. Talvez seja isso o que norteie os acadêmicos que se dedicam ao estudo direto do *populismo* ou a revisão das reflexões já consagradas. Um fenômeno de tamanha complexidade nunca terá sido suficientemente abordado e, já que ele traz consigo uma alta carga política autoritária, o seu estudo se faz sempre pertinente.

Conclusões

Como Ângela de Castro Gomes afirma, “conceitos, todos eles, são construções teóricas, elaboradas por intelectuais, em determinados momentos, para compreender fenômenos da realidade social”⁷⁸. Ou seja, como construções, estão sujeitas a ruir, por mais sólidas que sejam as estruturas.

⁷³ Ibid., p. 32.

⁷⁴ Ibid., p. 33.

⁷⁵ Ibid., pp. 46-47.

⁷⁶ Ibid., p. 49.

⁷⁷ Ibid., p. 53.

⁷⁸ GOMES, A. C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil...”, op. cit., p. 54.

Solidez esta longe de ser uma característica do conceito de *populismo*. Vimos aqui rapidamente os diversos caminhos percorridos pelo termo, seja como adjetivo pejorativo a uma determinada prática política, seja como categoria explicativa de um fenômeno sócio-político. Ao longo dos anos, as reflexões foram amadurecidas diante de novas perguntas e novas ferramentas teórico-analíticas e as abordagens se distanciaram daquelas pioneiras nas décadas de 1960-1970.

Entretanto, seriam as críticas, principalmente dos pesquisadores fluminenses, pertinentes? A rejeição do *populismo* enquanto termo e conceito soluciona o problema e esclarece as futuras análises? Como toda e qualquer questão nas ciências sociais, essas também não são de fácil resposta. Contudo, Alexandre Fortes⁷⁹ ousa respondê-las, e é na sua reflexão que iremos beber para encerrar o presente texto.

Embora reconheça os avanços da produção historiográfica no final do século XX acerca do *populismo*, tanto no Brasil, quanto em outros países da América Latina, Fortes chama a atenção para a excessiva restrição que tais análises trazem consigo. Se as produções acadêmicas das décadas de 1960 e 1970 erravam em generalizações em demasia, as mais recentes pecam por não pensar “o Brasil como um todo”⁸⁰.

Assim, para o crítico, embora Gomes, Reis e Ferreira tenham certa razão ao afirmarem que o termo *populismo* carrega uma série de estigmas que pouco ajuda nas novas análises, Fortes tem dúvidas se os conceitos colocados no lugar deste não incorrem no mesmo erro⁸¹.

A ideia de um “pacto trabalhista” lançada por Gomes, conforme vimos, rompe com a manipulação das classes trabalhadoras e os coloca como sujeitos ativos do cenário político brasileiro. Todavia, se o *populismo* era um conceito tido como totalizante, e por isso inconveniente, o *trabalhismo* também é⁸², mesmo que esse último avance no sentido de deixar clara a atividade do trabalhador no processo.

Mas ao mesmo tempo, o conceito de *populismo*, para Fortes, não anula as movimentações políticas das classes trabalhadoras. Pelo contrário, é possível analisar a consciência dos trabalhadores para calcular os ganhos e os reveses mesmo dentro da formulação teórica⁸³. A alternativa de uso de outras âncoras conceituais, no limite, pode chegar ao mesmo lugar que o *populismo* chegou, se não houver, por parte dos pesquisadores, uma aplicação crítica e racional da terminologia. Foi o que aconteceu com

⁷⁹ FORTES, A. op. cit.

⁸⁰ Ibid., pp. 72-73.

⁸¹ Ibid., p. 73.

⁸² FORTES, A. op. cit., p. 77.

⁸³ Ibid., p. 81.

Ferreira, no caso supracitado. O furor causado pela revisão sob a ótica da ação do trabalhador gerou uma análise que questionava o caráter democrático do movimento operário⁸⁴.

Certamente, toda e qualquer reflexão acadêmica deve ser alvo constante de revisões e novas abordagens. Teoria, metodologia, fontes e contextos históricos das obras precisam ser criticados a fim de proporcionar debates para clarificar ideias e questionamentos.

Assim, o revisionismo de Reis, Gomes, Ferreira, dentre outros, tem o seu lugar de destaque nas ciências sociais acerca das reflexões do *populismo*. A retomada do trabalhador enquanto sujeito histórico, consciente de suas escolhas, é sem embargo um avanço na historiografia sobre os trabalhadores.

Contudo, a falência de um conceito e a emergência de outro como rótulo analítico não é garantia de pesquisas de qualidade sobre o *populismo/trabalhismo/nacional-estatismo*. Todo conceito tem problemas intrínsecos, derivados da sua larga utilização na literatura específica. Entretanto, ideias como *marxismo* continuam a ser utilizadas, ainda que saibamos que exista o *leninismo* e o *trotskismo*, por exemplo. O *fascismo* ainda reina em muitas análises atuais sobre certo período do século XX, mesmo que haja diferenças brutais entre o *nazismo*, *stalinismo*, o regime de Mussolini etc..

Ou seja, acreditamos que o uso de *populismo* ainda é possível, mesmo que a banalização do uso tenha somado ao conceito uma série de ideias não compatíveis com análises acadêmicas sobre o período entre 1930 e 1964, ou além, como alguns defendem. Obviamente, a parcimônia na aplicação do conceito é sempre necessária, seja lá qual for. Concordamos com alguns pontos levantados pela revisão fluminense, mas Fortes possui bons argumentos para defender que as análises mais recentes talvez tenham se afastado da crítica ao autoritarismo, marca indelével do período⁸⁵.

Bibliografia:

FERREIRA, Jorge [org]. *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2007.

IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

⁸⁴ Ibid., pp. 82-83.

⁸⁵ FORTES, A. op. cit., p. 81.

MAIA, João Marcelo Erlert. "Esquerda e escola paulista de sociologia". In: *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

REIS, Daniel Aarão. "Estado e trabalhadores: o Populismo em questão". In: *Locus – revista de história*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 13, nº. 2, 2007.

THOMPSON, Edward P. "Algumas observações sobre Classe e 'Falsa Consciência'". In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.